



8º Simulado Especial

INSS

Pré-Edital

Simulado

8º Simulado Especial INSS

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para INSS;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/p8uXiJ5oAd8SUZZm6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/izAa>

PORTUGUÊS*Felipe Luccas***TEXTO I**

A Previdência Social brasileira enfrenta desafios significativos que ameaçam sua sustentabilidade. O envelhecimento populacional e os déficits crescentes são fatores que pressionam as finanças do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com uma proporção cada vez maior de idosos em relação à população economicamente ativa, o sistema previdenciário se vê diante de um aumento nas despesas com benefícios, enquanto a base de contribuintes diminui.

A reforma da Previdência trouxe mudanças importantes, como a fixação de idade mínima para aposentadoria (65 anos para homens e 62 para mulheres) e o tempo mínimo de contribuição (20 anos para homens e 15 para mulheres). Apesar dessas alterações, especialistas apontam que as medidas foram paliativas e não solucionaram o desequilíbrio entre arrecadação e gastos. Projeções indicam que o déficit previdenciário pode dobrar até 2060, evidenciando a necessidade de novas reformas estruturais para garantir a sustentabilidade do sistema.

Para evitar o colapso do INSS, algumas medidas propostas incluem a igualdade na idade de aposentadoria entre homens e mulheres, o aumento da idade mínima para 67 anos, acompanhando a expectativa de vida, e a revisão de privilégios em regimes especiais que criam desigualdades e pressionam o orçamento. Experiências de outros países, como o Chile, que implementou sistemas de capitalização individual, onde os trabalhadores acumulam recursos em contas privadas, oferecem lições valiosas para o Brasil considerar em futuras reformas.

Além das reformas institucionais, é fundamental que os cidadãos se preparem para o futuro. Planejar a aposentadoria desde cedo, considerando tanto o INSS quanto planos de previdência privada, é uma estratégia prudente. A educação financeira desempenha um papel crucial, capacitando os indivíduos a gerir melhor suas finanças e investimentos. Manter-se informado sobre mudanças nas regras previdenciárias permite adaptar os planos conforme necessário, garantindo maior segurança financeira na aposentadoria.

Adaptado de <https://www.andremansur.com.br/crise-na-previdencia-como-evitar-o-colapso-do-inss/>

Considerando as estruturas e aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

1. Infere-se que a Previdência Social brasileira enfrenta uma crise causada pelo envelhecimento da população e pelo déficit crescente do INSS, que não foi resolvido pelas reformas recentes, cenário que exige mudanças mais profundas e estruturais para garantir sua sustentabilidade.
2. Segundo o texto, para evitar o colapso, propõem-se medidas como elevar a idade mínima de aposentadoria e revisar privilégios, enquanto os cidadãos devem buscar educação financeira e planejamento previdenciário desde cedo, incluindo alternativas como a previdência privada.
3. No segmento “*A educação financeira desempenha um papel crucial, capacitando os indivíduos a gerir melhor suas finanças e investimentos*”, a substituição da forma “capacitando” por **na medida em que capacita** prejudicaria a correção gramatical e a coerência do texto.
4. No primeiro período do segundo parágrafo, o vocábulo “como” expressa circunstância de comparação.
5. No último período do terceiro parágrafo, a substituição de “onde” por “na qual” prejudicaria a correção gramatical, bem como as ideias originais do texto.

TEXTO II

A Superdotação Intelectual é caracterizada pelo desenvolvimento de uma habilidade significativamente superior à da média da população em alguma das áreas do conhecimento, podendo se destacar em atividades como: acadêmicas, criativas, de liderança, artísticas, psicomotoras ou de motivação. O sujeito da

Superdotação é conhecido como superdotado, talentoso ou portador de altas habilidades. Existem diferentes gradações para o fenômeno da Superdotação intelectual. Entre elas, destacamos a precocidade, o prodígio e a genialidade.

Segundo o Conselho Brasileiro para a Superdotação (ConBraSD), o conceito “precocidade” aplica-se a crianças que desenvolvem certa habilidade de maneira prematura, anterior ao tempo previsto para a grande maioria das crianças, o que pode acontecer em qualquer área do conhecimento como música, literatura, matemática ou linguagem.

O termo “Criança Prodígio” é empregado para o desenvolvimento de alguma característica rara ou extrema, que não se enquadraria no curso normal do desenvolvimento natural. O exemplo mais usado é o pianista Wolfgang Amadeus Mozart que começou a tocar piano com apenas três anos de idade.

“Genialidade” é o termo reservado para pessoas cuja habilidade gerou contribuições extraordinárias para a história da humanidade. É o caso de estudiosos como Einstein, Gandhi, Freud, Portinari e do próprio Mozart. Nos três casos, tratamos de pessoas que podemos dizer terem sido dotadas de altas habilidades, ou superdotadas.

Ao longo dos anos, inúmeras propostas foram desenvolvidas para avaliação e diagnóstico da Superdotação intelectual, baseadas em testes de inteligência, avaliação de padrões comportamentais e de condições de desenvolvimento. Para alguns autores, existem três condições fundamentais para o diagnóstico: habilidade acima da média, comprometimento com a tarefa e criatividade. Outros autores defendem propostas multidisciplinares para o desenvolvimento de um diagnóstico e de propostas interventivas.

<https://brasilescola.uol.com.br/psicologia/superdotacao-intelectual.htm>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

6. De acordo com o texto, superdotado é o indivíduo que manifesta habilidades elevadas e precoces em música, literatura, matemática ou linguagem.

7. Infere-se do texto que os prodígios apresentam genialidade.

8. Quanto ao sujeito da Superdotação (1º parágrafo), “talentoso” e “portador de altas habilidades” são expressões equivalentes no texto.

9. Infere-se do último período do primeiro parágrafo que “a precocidade, o prodígio e a genialidade” são patamares de superdotação dispostos, no texto, em ordem crescente.

10. A criatividade é um requisito fundamental para o diagnóstico da superdotação.

11. No segmento “Existem diferentes gradações para o fenômeno da Superdotação intelectual” (1º parágrafo), a forma verbal poderia ser substituída por “há”, sem prejuízo às relações sintáticas.

12. Os parênteses empregados no segundo parágrafo isolam o termo que explica um termo anterior.

13. No primeiro período do primeiro parágrafo, sem prejuízo aos sentidos originais e à correção gramatical, a locução “é caracterizada” poderia ser substituída por “caracteriza-se”.

14. No último parágrafo, o sinal de dois-pontos introduz um aposto.

15. Os termos “de um diagnóstico” e “de propostas interventivas” (5º parágrafo) exercem funções sintáticas distintas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Eduardo Mocellin*

Acerca da lógica proposicional, sendo P, Q e R proposições simples, julgue os itens a seguir.

16. A negação da proposição “O sistema não possui recursos para emitir alertas” pode ser corretamente expressa por “O sistema possui recursos para não emitir alertas”.

17. Considere a seguinte proposição composta: “O técnico não verificou o sistema, mas, se houver uma falha, ele será reparado imediatamente”. Supondo verdadeira essa proposição composta, e que o sistema não foi reparado imediatamente, é correto afirmar que o técnico não verificou o sistema e não houve uma falha.

18. Considere que as três primeiras colunas da tabela-verdade da proposição composta $(P \vee R) \Rightarrow (\sim Q)$ sejam as seguintes:

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

Nesse caso, a última coluna da tabela-verdade apresenta exatamente três valores F.

19. A proposição lógica $\sim(P \wedge Q) \Leftrightarrow (P \Rightarrow \sim Q)$ é uma tautologia.

Uma escola oferece aos seus alunos do Ensino Médio três matérias extracurriculares: Matemática em Nível Olímpico, Microeconomia e Robótica. Dos

300 alunos do Ensino Médio, foram registradas as seguintes matrículas:

- 140 em Matemática em Nível Olímpico;
- 90 em Microeconomia;
- 120 em Robótica;
- 50 em Matemática em Nível Olímpico e Microeconomia;
- 70 em Matemática em Nível Olímpico e Robótica;
- 60 em Microeconomia e Robótica;
- 30 nas três matérias.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

20. A quantidade de alunos do Ensino Médio que se matricularam apenas em Microeconomia é inferior a 20.

21. Com base nos dados disponíveis, não há como se determinar a quantidade de alunos que não efetuaram matrícula em nenhuma das três matérias.

22. O número de alunos matriculados em apenas duas das três matérias é menor do que a quantidade de alunos matriculados apenas em Matemática em Nível Olímpico.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Fabiano Pereira*

23. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal – Decreto nº 1.171/1994 – julgue o item a seguir.

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal dispõe, de forma expressa, que cabe à comissão de ética aplicar ao servidor público as penas de advertência, suspensão e demissão, além de exigir que o respectivo parecer contenha a fundamentação da penalidade, assinado por seus membros, com ciência do servidor infrator.

24. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal – Decreto nº 1.171/1994 – julgue o item a seguir.

No âmbito do serviço público, admite-se o uso de recursos e informações de domínio público para benefício pessoal, desde que essa prática não comprometa diretamente a eficiência no desempenho das funções do servidor nem a qualidade dos serviços prestados à comunidade. Essa situação exige uma gestão equilibrada, buscando conciliar os interesses individuais com o bem coletivo, pautada pelos princípios éticos e legais que regem a administração pública, em um contexto que requer equilíbrio entre direitos pessoais e deveres institucionais.

25. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal – Decreto nº 1.171/1994 – julgue o item a seguir.

A ética na função pública baseia-se em um conjunto de normas formalmente estabelecidas que regulam a conduta do servidor público exclusivamente no contexto de sua vida funcional.

26. De acordo com o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal – Decreto nº 6.029/2007 – julgue o item a seguir.

Somente agentes públicos, pessoas jurídicas de direito privado e associações poderão provocar a atuação da Comissão de Ética Pública visando à apuração de infração ética imputada a agente público, órgão ou setor específico de ente estatal.

27. De acordo com o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal – Decreto nº 6.029/2007 – julgue o item a seguir.

É obrigação do titular da entidade ou órgão da Administração Pública Federal, direta e indireta, garantir as condições necessárias para que as Comissões de Ética possam desempenhar suas funções, assegurando, ainda, que o exercício das atribuições de seus membros não lhes cause qualquer prejuízo ou dano.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

28. A possibilidade de a Administração Pública anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade ou revogá-los por conveniência e oportunidade configura manifestação do poder de autotutela.

29. O motivo do ato administrativo corresponde ao efeito jurídico produzido por sua prática, sendo o resultado final que a Administração pretende alcançar com o ato.

30. No exercício do poder vinculado, o agente público deve seguir exatamente os parâmetros estabelecidos pela lei, sem liberdade para decidir com base em conveniência ou oportunidade.

31. Os órgãos públicos integram a estrutura da Administração Pública, não possuem personalidade jurídica própria e podem compor tanto a Administração Direta quanto a Indireta.

32. Constatado vício insanável em determinado ato administrativo, a autoridade competente poderá revogá-lo, mesmo que não haja requerimento dos interessados.

33. O herdeiro ou sucessor de agente público que tenha causado dano ao erário poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, mas sua responsabilidade se limita ao valor do patrimônio que houver recebido.

34. A posse em cargo público poderá ser realizada por procuração, desde que o instrumento de mandato seja específico, não sendo admitida procuração genérica para esse fim.

35. O exercício, que corresponde ao efetivo desempenho das atribuições do cargo público, deve ser iniciado no prazo de até quinze dias contados da publicação do ato de nomeação.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Emerson Bruno*

36. A respeito dos direitos e das garantias fundamentais e da administração pública, julgue os itens que se seguem.

Para que a pessoa jurídica de direito público responda pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, deverá ser comprovada a culpa.

37. Em relação à administração pública, julgue os itens que se seguem, considerando a jurisprudência do STF.

Nas hipóteses constitucionalmente autorizadas de acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação ao somatório das remunerações recebidas nos diferentes cargos.

38. No que se refere à administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com base na Constituição Federal de 1988 (CF), a publicidade dos atos, dos programas, das obras, dos serviços e das campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter informativo de orientação político-partidária, garantindo a livre informação e a transparência dos atos administrativos.

39. A Constituição Federal de 1988 estabelece a organização da seguridade social, composta por um conjunto integrado de ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social. Com base nesse contexto, é correto afirmar que a seguridade social é financiada apenas pelas contribuições dos trabalhadores e empregadores da iniciativa privada.

40. A previdência social possui caráter universal e gratuito, sendo destinada a toda a população, independentemente de contribuição.

41. A saúde, a previdência e a assistência social integram a seguridade social e são regidas pelos princípios da universalidade, da equidade e da descentralização.

42. Excetuadas as situações que resultem em apatridia, o brasileiro que solicitar formalmente a renúncia à sua nacionalidade perante autoridade competente no Brasil terá a perda da nacionalidade declarada, ficando, nesse caso, impossibilitado de reaver sua nacionalidade brasileira originária.

43. A Constituição Federal de 1988 dispõe que não deve haver distinção legal entre brasileiros natos e naturalizados, com exceção dos casos previstos no próprio texto constitucional. Conforme as disposições da Constituição Federal de 1988, são privativos de brasileiros natos os cargos de presidente do Senado Federal e vice-presidente da República.

INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

44. O Windows 11 possui um menu Iniciar centralizado por padrão e permite a execução de aplicativos Android por meio da Microsoft Store, com suporte oficial.

45. A Intranet é uma rede privada utilizada dentro de uma organização, que funciona com as mesmas tecnologias da Internet, porém com acesso restrito aos usuários autorizados.

46. No Microsoft Word, é possível aplicar espaçamento entre linhas e parágrafos distintos por meio do menu "Parágrafo", permitindo ajustes personalizados de leitura no documento.

47. No Microsoft Excel, ao inserir uma fórmula em uma célula, é necessário iniciar com o símbolo de porcentagem (%) para que o programa reconheça como fórmula de cálculo.
48. Ao utilizar redes Wi-Fi públicas, a navegação por sites com protocolo HTTPS é suficiente para garantir total segurança na transmissão de dados, dispensando o uso de outras proteções.
49. Ao optar pelo backup em nuvem, o usuário não precisa se preocupar com criptografia ou autenticação, pois esses aspectos são responsabilidade exclusiva do provedor do serviço.
50. O protocolo TCP é utilizado em transmissões que exigem confiabilidade, como e-mails e transferências de arquivos, enquanto o protocolo UDP é mais adequado para aplicações que priorizam velocidade, como transmissões de vídeo em tempo real.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Adriana Menezes

51. A Constituição Federal de 1946 trouxe, pela primeira vez, a expressão “previdência social” e passou a adotar a forma tríplex de custeio do sistema previdenciário.
52. Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil adotou o modelo Beveridge para seu sistema de previdência social.
53. A Lei Eloy Chaves é considerada um marco do direito previdenciário brasileiro porque ela criou o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos - IAPM, o qual serviu de modelo para o atual sistema de previdência.

54. Os recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados à seguridade social, serão destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
55. O INSS foi criado como autarquia federal, resultante da fusão de 03 institutos – o IAPAS, o INPS e o INAMPS.
56. O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios assegura que a renda mensal inicial das aposentadorias não poderá ser fixada em valor inferior ao do último salário de contribuição do segurado, promovendo o seu reajustamento anual pelo índice nacional de preços ao consumidor – INPC, de modo a preservar, em caráter permanente, seu valor real.
57. O Regime Geral de Previdência Social enquadra pessoas físicas como seguradas obrigatórias e permite que outras se filiem ao sistema previdenciário como seguradas facultativas. Em relação aos segurados do RGPS, julgue o item seguinte.
- Enquadra-se como segurado obrigatório, na modalidade de empregado doméstico, aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos, por, no mínimo, 02 dias por semana.
58. O segurado especial exerce sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar. E, pode-se afirmar que o regime de economia familiar se caracteriza pelo exercício de atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

59. Considerando que o sistema previdenciário brasileiro tem caráter contributivo, se um servidor, ocupante de cargo público efetivo no Ministério da Previdência Social, exercer, concomitantemente, atividade remunerada no setor privado, poderá exercer o direito de opção para se filiar ao RGPS ou ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores federais.

60. José das Oliveiras exerce atividade pesqueira artesanal juntamente com seus filhos desde o ano de 2015. Eleito para dirigir uma cooperativa de trabalho, assumiu o cargo no mês passado, porém, não deixou de exercer a pesca.

Diante da situação apresentada e da recente alteração legislativa por meio da Lei n. 15.072/2024, pode-se afirmar que José das Oliveiras continuará enquadrado como segurado especial.

61. Mateus, estudante do ensino médio aos 15 anos de idade, pediu ao seu pai que o inscrevesse no regime geral de previdência social (RGPS) na condição de segurado facultativo com objetivo de ter maior tempo de contribuição quando for se aposentar. Nessa situação, a inscrição de Mateus poderá ser feita e sua filiação ao RGPS só se efetivará após o pagamento da primeira contribuição sem atraso.

62. Maria de Fátima mora no exterior há mais de 15 anos. Pretende se filiar como segurada facultativa no RGPS com o objetivo de obter aposentadoria do sistema previdenciário brasileiro.

Nessa situação, pode-se afirmar que a legislação previdenciária brasileira não causa óbice à pretensão de Maria de Fátima.

63. Para fins previdenciários, o enteado, o menor sob tutela e o menor sob guarda judicial equiparam-se a filho. A dependência econômica desses equiparados é, como no caso do filho, presumida.

64. Joaquim sempre trabalhou vendendo produtos de porta em porta, mas nunca se preocupou em se inscrever no RGPS e recolher para o INSS.

Quando faleceu, sua esposa teve o benefício de pensão por morte indeferido pelo INSS por ausência de qualidade de segurado.

Inconformada, resolveu inscrevê-lo após o óbito, apresentando provas contemporâneas dos fatos de que ele sempre trabalhou por conta própria.

Mais uma vez, não obteve êxito, tendo tido a informação de que é vedada a inscrição do segurado contribuinte individual após a sua morte.

Pode-se afirmar, diante da legislação previdenciária em vigor, que a resposta da autarquia previdenciária está absolutamente correta.

65. O Supremo Tribunal Federal adota posicionamento favorável quanto à exigência de contribuição previdenciária do aposentado que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida pelo RGPS.

66. O segurado que estiver recebendo benefício previdenciário, manterá seu vínculo perante o RGPS, mesmo sem contribuir, até que o benefício seja cessado.

67. Joaquim tem um filho com deficiência mental e, preocupado com seu futuro financeiro, resolveu inscrevê-lo como segurado facultativo do RGPS quando ele completou 16 anos.

Após ter contribuído por 15 anos, Joaquim deixou de recolher as contribuições do filho por um período de 1 ano, em razão de ter passado por dificuldades financeiras.

Diante da situação apresentada, pode-se afirmar que o filho de Joaquim manteve a qualidade de segurado do RGPS após 03 meses da cessação das contribuições.

68. Maria de Fátima, diarista regularmente filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), estava em gozo de auxílio por incapacidade temporária desde janeiro de 2023, após ter recolhido suas contribuições por 5 anos ininterruptamente.

Em março de 2025, a segurada foi submetida à perícia médica a cargo da perícia médica federal que constatou a sua total recuperação para o trabalho. O benefício, então, foi cessado.

Diante da situação apresentada, pode-se afirmar que, caso Maria não volte a contribuir para a previdência social, ela permanecerá na qualidade de segurada por até 12 meses após a cessação do benefício.

69. Equipara-se a acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário de trabalho, em consequência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior. No caso de acidente dessa natureza, a empresa terá que comunicá-lo imediatamente à Previdência Social quando o seu empregado ficar incapacitado para o trabalho ou falecer.

70. Joaquim, empregado de uma oficina mecânica, desde o ano de 2022, sofreu uma queda no saguão da empresa quando manuseava um equipamento para cortar peças de alumínio.

Com a queda, Joaquim teve cortes profundos no braço direito e teve que se afastar do trabalho por 10 dias para se recuperar das lesões sofridas.

Diante dessa situação, pode-se afirmar que Joaquim sofreu acidente de trabalho e terá estabilidade no emprego por 12 meses após o seu retorno ao trabalho.

71. A falta de emissão da comunicação de acidente do trabalho (CAT) por parte da empresa ou do empregador doméstico impede o reconhecimento da natureza acidentária da incapacidade do segurado e, conseqüentemente, a concessão do benefício de auxílio por incapacidade temporária acidentário.

72. Em casos de doença profissional ou de doença do trabalho, considera-se como dia do acidente, a data do início da incapacidade laborativa, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo o que ocorrer primeiro.

73. O benefício de auxílio-acidente tem natureza jurídica indenizatória e é devido a todos os segurados do RGPS que, ao sofrerem acidente de qualquer natureza, tenham redução na capacidade laborativa em consequência das lesões causadas pelo acidente.

74. A reforma da previdência social feita por meio da Emenda Constitucional n. 103/2019 garantiu aos segurados do Regime Geral de Previdência Social que comprovarem tempo de efetivo exercício em atividade sob exposição permanente, não ocasional e nem intermitente a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, cumprido até 13/11/2019, a conversão do tempo especial em comum.

75. Joaquim recebia auxílio-acidente desde o ano de 1996, mas, ao se aposentar em 2022, teve o benefício 'cortado'. O segurado não se conforma com a cessação do auxílio-acidente, pois a lei vigente à época da concessão deste benefício permitia o seu acúmulo com aposentadoria.

Diante da situação, pode-se afirmar que Joaquim está correto porque se aplica ao caso a lei vigente na época em que teve a consolidação das lesões causadoras da diminuição da sua capacidade laborativa.

76. A parcela recebida a título de vale-transporte, ainda que paga em dinheiro, integra o salário de contribuição do segurado e sobre ela incide a contribuição previdenciária da empresa.

77. Acerca da contagem recíproca de tempo de contribuição, julgue o item subsequente.

É vedada a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) com o registro exclusivo de tempo de serviço, sem a comprovação do pagamento da contribuição, salvo no caso de segurado empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e, a partir de 1º de abril de 2003, de contribuinte individual que presta serviço à empresa obrigada a arrecadar a contribuição a seu cargo.

78. Ao segurado facultativo recolhido à prisão em regime fechado é assegurado o recebimento, pela previdência social, do auxílio-reclusão, desde que cumprida a carência de 24 contribuições.

79. O BPC-LOAS poderá ser acumulado com pensão por morte paga pelo RGPS, desde que a soma dos valores desses benefícios não ultrapasse o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

80. O valor do auxílio-reclusão será equivalente a 100% da média aritmética simples dos salários de contribuição do segurado correspondentes a todo o período contributivo e será dividido em partes iguais entre os dependentes que têm direito de recebê-lo.

81. Joaquim, aposentado pelo RGPS, após ter trabalhado por mais de 40 anos, mantinha união estável com Teresa, há 10 anos, quando veio a falecer em abril de 2025, em razão de uma cardiopatia grave.

Na ocasião, o casal tinha um filho de 08 anos de idade e mantinha sob guarda judicial a sobrinha de Teresa, de apenas 03 anos. Joaquim era a única pessoa que tinha renda e sustentava todos daquele núcleo familiar.

Diante da situação apresentada, pode-se afirmar que terão direito de receber pensão por morte de Joaquim a companheira, o filho de 08 anos de idade e a menor que estava sob sua guarda.

82. Considerando a situação apresentada na questão anterior, pode-se afirmar que a renda mensal inicial da pensão por morte de Joaquim corresponderá a 100% do valor da aposentadoria que vinha recebendo o segurado, dividida em partes iguais entre a viúva, o filho de 08 anos e a menor sob guarda judicial.

83. A concessão de benefício previdenciário não se sujeita a prazo decadencial.

84. Caso um servidor público da União, ocupante de cargo efetivo, seja investido no mandato de vereador e, havendo compatibilidade de horários, continue exercendo as atribuições do cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, ele permanecerá filiado ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores federais em relação ao cargo efetivo, e será filiado obrigatório do RGPS pelo exercício concomitante do mandato de vereador.

85. A Constituição Federal permite, expressamente, a filiação ao regime geral de previdência social (RGPS), na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

86. Abelardo, empregado de uma indústria de automóveis, recebe, além de seu salário, parcelas adicionais que compõem sua remuneração mensal. No final do mês, identifica que algumas parcelas não foram adicionadas ao salário-de-contribuição. Diante do exposto, podemos afirmar que os valores relativos ao 13º salário foram indevidamente excluídos do salário-de-contribuição de Abelardo.

- 87.** Acerca dos princípios constitucionais aplicáveis ao financiamento da Seguridade Social, podemos afirmar que as pessoas físicas em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderão contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- 88.** Acerca dos princípios constitucionais aplicáveis ao financiamento da Seguridade Social, podemos afirmar que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- 89.** Acerca dos princípios constitucionais aplicáveis ao financiamento da Seguridade Social, podemos afirmar que as contribuições sociais de seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, podendo ser cobradas apenas no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação, em obediência ao princípio da anterioridade.
- 90.** Acerca dos princípios constitucionais aplicáveis ao financiamento da Seguridade Social, podemos afirmar que lei ordinária poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
- 91.** Gerônimo, médico não aposentado, faleceu em 15/08/2022 em decorrência de um acidente de automóvel durante uma viagem de férias, deixando cônjuge de 42 anos, com quem era casado desde 08/04/2021, um filho inválido com 17 anos de idade e um filho adotivo de 13 anos. Ao tempo do falecimento, Gerônimo exercia sua atividade de médico em um consultório particular desde 2015 e em hospital público estadual desde 2020. Gerônimo era filiado e inscrito no regime de previdência social relativo a ambas as atividades profissionais que exercia, tendo recolhido tempestivamente as respectivas contribuições previdenciárias em vida. Considerando a situação hipotética apresentada, podemos afirmar que o cônjuge de Gerônimo fará jus à percepção da pensão por morte por apenas 4 meses.
- 92.** Acerca dos segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, podemos afirmar que são segurados obrigatórios da previdência social, como segurado especial, a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida.
- 93.** Acerca dos segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, podemos afirmar que são segurados obrigatórios da previdência social, como segurado empregado, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
- 94.** Acerca dos segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, podemos afirmar que são segurados obrigatórios da previdência social, como contribuinte individual, o brasileiro civil que trabalha para a União no exterior, em organismos oficiais internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se amparado por regime próprio de previdência social.

- 95.** Acerca dos segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, podemos afirmar que são segurados obrigatórios da previdência social, como trabalhador avulso, aquele que, sindicalizado ou não, preste serviço de natureza urbana ou rural a diversas empresas, ou equiparados, sem vínculo empregatício, com intermediação obrigatória do órgão gestor de mão de obra ou do sindicato da categoria, assim considerados, dentre outros, o amarrador de embarcação e o ensacador de café.
- 96.** Marlete, segurada empregada do RGPS, trabalha como secretária em um escritório de advocacia e recebe um salário-mínimo por mês. Diante do exposto, é correto afirmar que os recolhimentos previdenciários de Marlete são de sua responsabilidade, cabendo ao empregador o dever de orientá-la na arrecadação de sua contribuição previdenciária.
- 97.** Adelaide é motorista de ônibus rodoviário interestadual e contribuía regularmente para o custeio do Regime Geral de Previdência Social, quando, em junho de 2023, faleceu. Ela era viúva e morava com sua mãe, Madalena, deficiente intelectual, de 84 anos de idade, e com suas três filhas: Renata, de 20 anos de idade; Roberta, de 21 anos de idade; e Rita, de 22 anos de idade. Renata e Roberta são solteiras, estudantes universitárias não emancipadas e não possuem qualquer invalidez ou deficiência. Rita é pessoa com invalidez permanente desde os 19 anos de idade. Adelaide era provedora de sua mãe e de todas as filhas, pois nenhuma delas possuía qualquer fonte de renda. Na situação hipotética apresentada, de acordo com a Lei 8.213/91 e o Decreto 3.048/99, a pensão por morte de Adelaide será devida apenas a Renata e a Roberta.
- 98.** Simone, 62 anos de idade, segurada facultativa do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, uma vez cumprido o período de carência exigido e após ter contribuído por 15 anos ao RGPS, terá direito à aposentadoria programada, cujo valor da renda mensal corresponderá a 60% do salário de benefício, com acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo de quinze anos de contribuição.
- 99.** Rosenval ajuizou ação trabalhista contra a empresa em que laborava, como engenheiro de produção, pleiteando a conversão da justa causa em despedida imotivada e o pagamento de verbas trabalhistas. Por ocasião da sentença, houve a reversão da justa causa para despedida imotivada, além da condenação ao pagamento das parcelas salariais e indenizatórias. Com base no relato acima, considerando a Lei nº 8.212/1991 e a Jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, haverá incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o terço constitucional de férias indenizadas recebido por Rosenval.
- 100.** Neymar, advogado com atuação em empresa multinacional sediada no Brasil, com contrato de emprego regular na referida empresa, filiado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, aposentou-se, voluntariamente, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Nessa situação hipotética, é correto afirmar que Neymar, caso permaneça trabalhando como segurado empregado, será dispensado de sofrer retenção de contribuições previdenciárias, por já ser aposentado do RGPS.

- 101.** Janete, com 40 anos de idade, viúva de Damares, contadora aposentada pelo RGPS, requer pensão por morte junto ao INSS. Comprova, em seu requerimento, por meio da certidão de casamento, dezoito anos de vida em comum até o óbito. Damares deixa dois filhos de casamento anterior, Rômulo e Remo, não emancipados, com 18 anos e 21 anos de idade respectivamente na data do óbito, sem qualquer invalidez ou deficiência. Não há outros dependentes. No cenário hipotético narrado, é correto afirmar que Janete deverá dividir a pensão por morte deixada por Damares apenas com Rômulo.
- 102.** Abelardo, empresário do segmento têxtil, desempenha suas atividades como sócio administrador de sua sociedade empresária, recebendo seu pró-labore regularmente no valor de dois salários-mínimos. Diante dessa realidade de Abelardo, podemos afirmar que em relação a sua atividade como sócio administrador, Abelardo é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado empregado.
- 103.** Gleisi, 59 anos de idade, moradora de Jundiaí/SP, professora do ensino fundamental, casada com Dorival, mãe de 2 filhos, é segurada empregada filiada ao RGPS, possuindo 25 anos ininterruptos de contribuição em efetivo exercício na função de magistério da educação básica. Diante do exposto, podemos afirmar que somente quando Gleisi completar 60 anos de idade e, pelo menos, 25 anos de contribuição, terá direito a uma aposentadoria programada do professor, cuja renda mensal inicial será 100% do salário de benefício.
- 104.** Adamastor é vendedor em uma grande empresa que comercializa artigos de pesca. A título de incentivo, essa empresa oferece, exclusivamente aos empregados do setor de vendas, um plano de previdência privada. Outrossim, a empresa também paga, mensalmente, a todos os funcionários e dirigentes da empresa, um valor referente à participação nos lucros e resultados. Nessa situação hipotética, podemos afirmar que incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos, pela empresa, a título de contribuição para a previdência privada a Adamastor, bem como sobre o valor recebido a título de participação nos resultados.
- 105.** Abelardo, em abril de 2019, separou-se, judicialmente, de Irani. Na referida separação, decidiu-se, judicialmente, que Abelardo não deveria pagar pensão alimentícia à ex-esposa e que só iria pagar tal encargo a Jonas, filho do casal, que tinha 19 anos. Em agosto de 2021, Abelardo conhece Bernadete, com a qual vem a morar e manter união estável. Em setembro de 2023, Abelardo falece. Diante da situação apresentada, somente Bernadete terá direito à pensão por morte, na qualidade de dependente de Abelardo.
- 106.** Leonildo é empregado em uma empresa de celulose, tendo recebido, em janeiro de 2024, salário fixo no valor de um salário-mínimo, horas extras, adicional noturno e diárias para viagem, nos termos da legislação. Ademais, Leonildo recebe, mensalmente, participação nos lucros e auxílio acidente, além de participar de previdência privada complementar financiada pela empresa exclusivamente aos funcionários do setor de vendas. Acerca da situação hipotética apresentada, podemos afirmar que não integrará o salário de contribuição de Leonildo as horas extras por ele recebidas.

- 107.** Com relação aos benefícios concedidos pela Previdência Social, nos termos do Decreto 3.048/99, verifica-se que o auxílio por incapacidade temporária, quando a incapacidade for superior a 15 dias, é devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, se requerido em até 30 dias do afastamento e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade, quando requerido dentro do mesmo prazo.
- 108.** Bartolomeu foi admitido por uma empresa como estoquista, em 15/08/2022. Após 1 ano e 3 meses de trabalho, Bartolomeu passou a sentir fortes dores na coluna e, após a realização de exame médico pericial, constatou-se que Bartolomeu estava temporariamente incapacitado para o trabalho e passou a receber auxílio por incapacidade temporária. Diante da situação apresentada, podemos afirmar que não será devido o auxílio por incapacidade temporária a Bartolomeu, caso o segurado seja recluso em regime prisional fechado.
- 109.** Berenice é segura vinculada ao Regime Geral de Previdência Social e consulta um advogado para obter informações acerca dos períodos de carência para a concessão de alguns benefícios do RGPS. Segundo o advogado, a carência será de dez contribuições mensais no caso de salário-maternidade para as seguradas contribuintes-individual, especial e segurada facultativa. Diante do exposto, podemos afirmar que o advogado orientou corretamente Berenice.
- 110.** Abelardo, 19 anos, foi condenado criminalmente, por sentença transitada em julgado, como partícipe de tentativa de homicídio doloso cometido contra seu pai Omar, que era segurado de baixa renda e filiado ao RGPS há 12 anos. Nesse caso, podemos afirmar que Abelardo será excluído definitivamente da condição de dependente de seu pai, não podendo receber pensão por morte ou auxílio-reclusão deixado por Omar.
- 111.** Juarez, segurado obrigatório do RGPS, foi acometido de doença profissional, tendo sido considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. Nesse caso, Juarez terá direito a aposentadoria por incapacidade permanente, independentemente do cumprimento de carência, cuja renda mensal inicial será de sessenta por cento incidente sobre seu salário de benefício, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de vinte anos de contribuição.
- 112.** Com relação às contribuições sociais e ao salário-de-contribuição, podemos afirmar que não é considerado salário de contribuição o salário-maternidade a cargo do empregador.
- 113.** Com relação aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, podemos afirmar que aquele que presta serviço de natureza contínua, mediante remuneração, a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos, é considerado contribuinte individual, segurado obrigatório da previdência social.
- 114.** Juarez, segurado empregado na empresa Abastados Ltda, recebe sua remuneração dividida em diversas rubricas, devidamente discriminadas em seu holerite mensal. Dentre essas parcelas, Juarez constatou que algumas delas integram e outras não integram a base de cálculo de sua contribuição previdenciária. Dentre as parcelas que integram o salário de contribuição, podemos afirmar que estão as importâncias pagas em dinheiro, a título de auxílio-alimentação.

115. Humberto, 45 anos de idade e desempregado há 5 anos, e Helena, 32 anos de idade, foram casados por 18 meses. Nenhum deles possuía qualquer invalidez ou deficiência. Em 20/04/2025, Helena, que era segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social há 2 anos, veio a óbito como consequência de uma cirrose hepática. Humberto fez o requerimento de pensão por morte ao INSS e já está recebendo o benefício requerido. Diante do exposto, podemos afirmar que Humberto terá direito a pensão por morte por prazo vitalício, pois já tinha 45 anos completos na data do óbito.

116. Marlete trabalha toda segunda, quarta e sexta-feira em atividades de organização e limpeza no escritório de advocacia do Dr. Josias. Toda terça e quinta-feira, Marlete trabalha como cozinheira e passageira na residência de Jurandir. Diante da situação apresentada, podemos afirmar que Marlete é considerada empregada doméstica apenas em relação ao Dr. Josias.

117. Roserval está desempregado há 3 anos e recolhe contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS na qualidade de segurado facultativo. Nessa condição, caso cumpra a carência e os demais requisitos previstos em lei, Roserval não terá direito à aposentadoria especial.

118. Maria, uma operadora de máquinas, sofreu um acidente de trabalho que resultou na amputação parcial de um dedo. Após a recuperação, Maria voltou ao trabalho com uma redução na sua capacidade laboral para a atividade que habitualmente exercia. Ela solicitou o auxílio-acidente, mas teve o pedido negado pelo INSS. Diante da situação, Maria deve recorrer administrativamente e, se necessário, judicialmente, pois a amputação parcial de um dedo pode justificar o auxílio-acidente.

119. De acordo com a legislação previdenciária, poderá ter direito ao auxílio por incapacidade temporária o empregado doméstico que recolheu 140 contribuições, caso esteja incapacitado para o trabalho por 15 dias, em razão de um acidente de trânsito.

120. É considerado segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de empregado, membro de instituto de vida consagrada de ordem religiosa.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
